

Brasil criou 137,3 mil postos formais de trabalho em janeiro

O Brasil aumentou em 137.303 o número de empregos formais no mês de janeiro, situação em que o posto de trabalho garante ao trabalhador direitos e deveres previstos na legislação trabalhista regidas pela CLT

Saldo de empregos celetistas decorre de 2.271.611 admissões e de 2.134.308 desligamentos, segundo o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), divulgado pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

De acordo com o ministério, o total de celetistas ativos no país (estoque) em janeiro era de 47.341.293 vínculos, resultado que representa variação positiva de 0,29%, na comparação com o estoque registrado em dezembro.

No acumulado de 12 meses, de fevereiro de 2024 a janeiro deste ano, o saldo também é positivo em 1.650.785 empregos celetistas. No período, foram 25.743.968 admissões e 24.093.183 desligamentos.

Salário

Segundo mostra o Caged, o salário médio das admissões aumentou 4,12% de dezembro do ano passado para janeiro deste ano. O percentual corresponde a um acréscimo de R\$ 89,02



Ministro reitera críticas a pessimismo do mercado.

no recebido pelos admitidos, resultando em um salário inicial de R\$ 2.251,33.

Ao anunciar os números, o ministro Luiz Marinho fez críticas a manifestações creditadas a “um tal mercado que não apresenta CPF”, de que a geração de novos empregos seria algo negativo para o país.

“Vejo com estranhamento esse tal de mercado dizer que saldo positivo de emprego é um mal. Eu não consigo entender que isso seja um problema [que resulte em aumento de juros]”, criticou.

Segundo Marinho, juros é um problema que cabe ao Banco Central monitorar,

postos Agropecuária, com 35.754 postos. O único segmento que registrou saldo negativo foi o de Comércio, com 52.417 postos a menos.

Mais críticas

Luiz Marinho aproveitou o resultado para, novamente, falar da “incapacidade do mercado” em fazer projeções que correspondam à realidade brasileira.

“Foi assim em 2023, quando projetaram que o crescimento do PIB seria, no máximo de 0,7%, quando cresceu 3,2%. Em 2024, projetaram que, no máximo, cresceria 1%. Crescemos 3,8%”, disse.

“Agora estão, de novo, tentando projetar para baixo a realidade da economia brasileira. Não sei qual é a desse tal mercado que nem CPF apresenta, para a gente poder conversar e ensiná-los a projetar corretamente, entendendo que o mundo da economia não se faz somente pela macroeconomia. Tem também a microeconomia, que reage com as políticas públicas de aumento real do salário mínimo”, afirmou (ABR).

“dialogando com os entes produtivos, para se prepararem para uma economia crescente, programando mais produção, de forma a controlar a inflação”.

Atividades econômicas

De acordo com os dados do Caged, quatro dos cinco grandes grupos de atividades apresentaram saldo positivo de empregos celetistas em janeiro. O segmento que gerou maior número de vagas foi o de Indústria Geral.

Indústria Geral, saldo de 70.428 novos postos de trabalho

Serviços, com saldo positivo de 45.165 postos Construção, com saldo de 38.373

Caixa fecha dezembro com saldo de R\$ 832,1 bi em crédito imobiliário

A Caixa encerrou o mês de dezembro de 2024 com saldo de R\$ 832,1 bilhões na carteira de crédito imobiliário. O valor atingido é 13,5% maior do que o patamar de dezembro de 2023, conforme salientado em balanço.

A análise de todo o ano de 2024 indica que as contratações de crédito imobiliário somaram R\$ 223,6 bilhões, total 20,6% superior ao de 2023. A marca alcançada no ano passado é recorde. Ao todo, a Caixa financiou 803,4 mil imóveis, permitindo que

3,2 milhões de pessoas adquirissem a casa própria.

Outro resultado destacado pela Caixa foi o da poupança, indicador capaz de ampliar a percepção sobre aspectos como a forma com que os brasileiros estão lidando com o dinheiro e se têm conseguido economizar. Em dezembro de 2024, os depósitos na poupança aumentaram 7,5%, gerando saldo de R\$ 385,4 bilhões.

O balanço apresentado pela instituição revela que o total de crédito

consignado naquele mês foi de R\$ 101,5 bilhões. Uma das discussões atuais é a oferta dessa opção a trabalhadores da iniciativa privada, já disponível para funcionários públicos e aposentados.

O presidente da Caixa, Carlos Vieira Fernandes, ressaltou que, a princípio, há 40 milhões de pessoas habilitadas para obter aprovação na linha e que a modalidade é importante também porque reduz custos de operação. “Estamos só aguardando a regulamentação”, afirmou (ABR).

A controvérsia dos planos de saúde sem pronto-socorro

Natália Soriani (*)

A proposta da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) de introduzir um plano de saúde restrito a consultas e exames, sem a inclusão de serviços de pronto-socorro, anunciada recentemente pela autarquia, suscita debates acalorados no cenário jurídico brasileiro. A iniciativa, de acordo com o Procurador da República, Hilton Melo, pode colidir frontalmente com a legalidade vigente ao potencialmente ignorar garantias essenciais previstas pela legislação, colocando os beneficiários em situação vulnerável e levantando questões sobre o acesso universal à saúde, um direito fundamental.

De fato, segundo a Lei 9656/98, que regulamenta os planos de saúde no Brasil, é fundamental que os beneficiários tenham acesso a serviços de urgência e emergência. Essa lei estabelece um padrão mínimo de cobertura que visa proteger o consumidor em momentos críticos.

O novo plano sugerido pela ANS, conforme descrito, parece desafiar essa premissa crucial, ao limitar o escopo de cobertura exclusivamente a consultas e exames, excluindo, por exemplo, atendimentos em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) ou procedimentos cirúrgicos emergenciais. Diante da ideia da ANS, o procurador Hilton Melo chama a atenção para a ausência de autorização legal para tais experimentações nos moldes propostos, algo que requereria uma revisão ou até mesmo a criação de novas regulamentações, possivelmente através de um projeto de lei que altere a Lei 9656/98 ou a edição de uma Medida Provisória (MP) com força de lei imediata, mas sujeita à aprovação do Congresso Nacional.

A preocupação não reside apenas na legalidade, mas também na prática dessa ideia da ANS. Existe um risco real de que essas sub segmentações nos planos de saúde venham a enfraquecer a oferta de produtos que atualmente asseguram internações de média e alta complexidade. Tal movimento poderia, alarmantemente, endossar uma desconexão entre o sistema de saúde suplementar e o Sistema Único de Saúde (SUS), sobrecarregando ainda mais este último. Por exemplo, um paciente com um plano restrito que necessite de uma cirurgia de emergência, como uma apendicectomia, seria inevitavelmente encaminhado ao SUS, aumentando a demanda e potencialmente comprometendo a qualidade do atendimento para todos os usuários.

Sem dúvida, ao sugerir esse novo tipo de plano de saúde, a ANS mira no potencial existente no Brasil. Dos 213 milhões de brasileiros, aproximadamente 50 milhões possuem algum tipo de plano de saúde, o que significa que há um mercado demográfico potencial para esses produtos “populares”.

Contudo, lançar tais planos sem uma rede apropriada de suporte às emergências pode não só deslocar problemas para o SUS como pode também incitar um cenário onde planos de saúde de baixa cobertura se tornem padrão de mercado, com implicações graves para o atendimento hospitalar. Imagine, por exemplo, um idoso com um plano de saúde limitado que sofra um Acidente Vascular Cerebral (AVC). A ausência de cobertura para internação e tratamento intensivo poderia resultar em sequelas

graves ou até mesmo óbito, evidenciando a vulnerabilidade dessa população.

Para mitigar os riscos, é imperativo que a ANS e o Ministério da Saúde adotem um papel fiscalizador ainda mais ativo. Deve-se garantir um quadro regulatório capaz de preservar a integridade tanto dos serviços públicos quanto privados, por meio de uma arquitetura sólida de compliance que contemple as inovações tecnológicas, como prontuários eletrônicos integrados entre os sistemas de saúde.

A implementação de um sistema de blockchain, por exemplo, poderia garantir a segurança e a transparência dos dados dos pacientes, o que facilitaria a comunicação entre os diferentes níveis de atenção à saúde e evitaria a duplicação de exames e procedimentos. Além disso, a criação de indicadores de qualidade e desempenho para os planos de saúde, com a divulgação pública dos resultados, poderia incentivar a concorrência e a melhoria dos serviços.

A vitalidade da saúde suplementar precisa coexistir de maneira harmoniosa e eficiente com o serviço público, de forma que nenhuma das partes seja negligenciada. A proposta atual, então, aponta para um futuro incerto, com implicações legais e sociais significativas. É essencial que os poderes públicos, juntamente com entidades não governamentais e o próprio setor privado discutam estratégias sustentáveis antes da implementação de qualquer mudança que, em sua gênese, carrega a promessa de uma dualidade funcional ao mesmo tempo provocativa e contingente.

É crucial considerar o impacto a longo prazo dessas decisões e garantir que o acesso à saúde continue sendo um direito garantido a todos os cidadãos brasileiros, independentemente de sua condição socioeconômica. Iniciativas como a proposta da ANS devem ser amplamente discutidas e rigorosamente analisadas, incluindo representantes dos consumidores, profissionais de saúde, operadores de planos de saúde e órgãos de defesa do consumidor, para garantir um debate democrático e bem fundamentado, além de realizar estudos que identifiquem os impactos socioeconômicos e de saúde desta nova modalidade de plano, e que considerem diferentes cenários e grupos populacionais.

Mais além, é necessário reforçar os mecanismos de fiscalização para evitar abusos e garantir a aplicação correta da legislação existente, com a criação de canais de denúncia e a aplicação de sanções para as operadoras que descumprirem as normas.

Trata-se de uma discussão complexa, que sublinha a necessidade de uma abordagem cuidadosa e abrangente que não só respeite o texto de lei mas também assegure que todas as mudanças desempenhem um papel positivo no espectro dos cuidados de saúde no Brasil. A criação de um grupo de trabalho multidisciplinar, com a participação de juristas, economistas, médicos e representantes da sociedade civil poderia ser uma medida eficaz para garantir que todas as perspectivas sejam consideradas e que as decisões sejam tomadas de forma transparente e responsável.

(*) Advogada especialista em Direito Médico e de Saúde, sócia do escritório Natália Soriani Advocacia.

A – Totens informativos e atendimento trilingue da polícia

A Divisão Especializada de Atendimento ao Turista da Polícia Civil de São Paulo intensificou o atendimento durante os desfiles das escolas de samba do Carnaval 2025 de São Paulo. A divisão instalou uma Delegacia de Atendimento ao Turista (Deatur) dentro do Sambódromo do Anhembi e mobilizou equipes para atuação em todos os dias de desfile – incluindo os grupos Especial e os de Acesso.

B – Com o melhor resultado em 15 anos

A Zuk, maior organização de leilões de imóveis do Brasil, tem motivos de sobra para celebrar seus resultados recentes. O ano de 2024 marcou o melhor desempenho da empresa nos últimos 15 anos, com crescimento de 35% nas vendas em comparação a 2023, que já havia apresentado aumento de 35% em relação a 2022. E tudo isso sem alterações em seu modelo de negócios ou aquisições, o que comprova a força da companhia, que está no mercado desde 1986 (https://www.portalzukunft.com.br/).

C – Expandiu capacidade

Com o objetivo de aprimorar a eficiência e expandir a capacidade operacional, o Terminal Portuário de Vila Velha (TVV), administrado pela Log-In Logística Integrada, acaba de anunciar a ampliação de sua área com a celebração de um contrato para a exploração de uma nova instalação portuária de aproximadamente 70.000 m², localizada em uma retroárea do Porto Organizado de Vitória (ES). O contrato foi assinado na última segunda-feira, 24 de fevereiro, junto à autoridade portuária Vports, e tem prazo de seis anos (https://bit.ly/3YpmHC2).

D – Setor de lavanderias

Um dos segmentos que mais de se destacam no franchising é o de serviços, especialmente o setor de limpeza e conservação, que cresceu 11,6%

em 2024, de acordo com levantamento realizado pela ABF (Associação Brasileira de Franchising). Dentro desse cenário, as lavanderias de auto-serviço surgem como uma das opções mais vantajosas, combinando baixo investimento inicial, retorno acelerado e demanda contínua.

E – Ano dos concursos públicos

O ano de 2025 traz grandes expectativas para quem sonha com a estabilidade e os benefícios do serviço público. Diversos concursos estão previstos e autorizados, abrangendo áreas essenciais como segurança pública, saúde e educação. Entre os certames mais esperados estão os concursos para a Polícia Federal (PF), a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e diversos órgãos estaduais. Outro destaque é a possibilidade de uma nova edição do Concurso Nacional Unificado, conhecido como “Enem dos Concursos”, que em 2024 teve mais de dois milhões de inscritos.

F – Segurança jurídica para um filme

No contexto do Oscar 2025, a ser realizado na noite de domingo (2), é importante que grandes produções cinematográficas estejam com todas as permissões de uso de imagens, músicas e direitos autorais regularizadas, evitando disputas legais que possam comprometer a exibição e premiação das produções. Para isso, existe um recurso jurídico, aplicado no Direito do Entretenimento, conhecido por clearance. No universo da produção audiovisual, ele constitui etapa essencial para a segurança jurídica da obra audiovisual, consistindo na verificação e regularização dos direitos incidentes sobre os diversos elementos que a compõem a fim de assegurar sua exibição e exploração comercial sem violação de direitos de terceiros.

G – Investimento imobiliário na Flórida Central

De acordo com Thiago Davila, sócio da Davila Finance, empresa especializada em investimentos imobiliários na Flórida, o setor

oferece uma alternativa menos volátil do que o mercado financeiro tradicional. “O imóvel é um ativo tangível e historicamente resiliente. Em momentos de incerteza, ele se torna uma âncora para a segurança patrimonial. Na Flórida, a liquidez e o potencial de valorização são fatores decisivos para os investidores, além da proteção proporcionada pela economia dolarizada”, afirma (https://davilafinance.com).

H – Mercado de trabalho nos restaurantes

O setor de restaurantes no Brasil fechou 5.991 postos de trabalho em dezembro, revertendo a sequência de nove meses positivos. O desempenho no mês foi inferior ao registrado em dezembro de 2023, quando houve o fechamento de apenas 507 vagas. No entanto, no acumulado de 2024, o saldo foi positivo com a geração de 47.208 empregos formais, segundo análise da Associação Nacional de Restaurantes (ANR) e da consultoria Future Tank, com base nos dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

I – Consulta pública

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI), prorrogou até o dia 13 de março de 2025 o prazo para participação na consulta pública SPI nº 01/2025, sobre a concessão do novo Centro Administrativo do Estado, a ser construído no bairro dos Campos Elíseos. O projeto faz parte do processo de requalificação do centro da capital e prevê a construção, manutenção, conservação, gestão e operação de um complexo moderno que reunirá secretarias, fundações e autarquias estaduais, além de novas áreas de convivência e serviços (https://www.parceriasem-investimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/centro-administrativo-dos-campos-eliseos/).

J – Jornada Assistencial Conectada

A MV marcará presença no HIMSS Conference 2025 (Healthcare Information and Management Systems Society), um dos maiores e mais influentes eventos globais de tecnologia para a saúde, que acontece de 3 a 6 de março em Las Vegas, EUA. No evento, a organização levará para o cenário mundial tecnologias que transformam a jornada assistencial e que têm transformado a saúde brasileira. Além disso, pela primeira vez, a empresa terá um estande próprio, consolidando sua posição como referência em inovação para a saúde conectada na América Latina.